

ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA

**CADERNO DE ENCARGOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA,
DESOBSTRUÇÃO, TRANSVASE E INSPEÇÃO VÍDEO DAS INFRAESTRUTURAS
DO POLO RIA E POLO LIS**

PRC/2025/079/DAR/CP

CADERNO DE ENCARGOS

MAIO 2025

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula I.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto a prestação, pelo Adjudicatário, dos serviços de limpeza, desobstrução, transvase e inspeção vídeo das infraestruturas do Polo Ria e Polo Lis das Águas do Centro Litoral, S.A., conforme as especificações quanto à sua espécie e condições técnicas de execução constantes no **Anexo I** do presente Caderno de Encargos.
2. Constituem obrigações principais do Adjudicatário a prestação de serviços de;
 - i. Limpeza de poços de bombagem em Estações Elevatórias e órgãos das ETAR;
 - ii. Desobstrução e inspeção vídeo de condutas;
 - iii. Transvase de lamas líquidas entre instalações da AdCL.
3. A Aquisição de Serviços é constituída pelos seguintes Lotes:

LOTE I (Departamento Operacional Ria Norte) – Limpeza, Desobstrução, Transvase e Inspeção Vídeo das Infraestruturas pertencentes aos Subsistemas: Norte (parcial), Barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos, Remolha e Torreira / S. Jacinto.

Neste lote estão englobadas as infraestruturas da Águas do Centro Litoral que se desenvolvem nos concelhos de Albergaria-a-Velha (freguesias de Albergaria-a-Velha e Branca), Espinho, Estarreja, Murtosa, Santa Maria da Feira, Ovar e Aveiro (freguesias de S. Jacinto, Cacia, Esgueira e Vera Cruz), cuja identificação e localização se encontram discriminadas nos **Anexos III e IV** do presente Caderno de Encargos.

LOTE 2 (Departamento Operacional Ria Sul) - Limpeza, Desobstrução, Transvase e Inspeção Vídeo das Infraestruturas pertencentes aos Subsistemas: Norte (parcial), Sul e Rejeição.

Neste lote estão englobadas as infraestruturas da Águas do Centro Litoral que se desenvolvem nos concelhos de Cantanhede, Oliveira do Bairro, Águeda, Vagos, Ílhavo, Mira, Albergaria-a-Velha (freguesias de Angeja, Frossos, S. João de Loure) e Aveiro (freguesias de Aradas e Glória), cuja identificação e localização se encontram discriminadas nos **Anexos III e IV** do presente Caderno de Encargos.

LOTE 3 (Polo Lis) - Limpeza, Desobstrução, Transvase e Inspeção Vídeo das Infraestruturas pertencentes aos Subsistemas: Norte de Leiria, Vieira de Leiria, Praia do Pedrógão, S. Pedro de Moel, Marinha Grande, Olhalvas, Fátima, Juncal e Pedreiras.

Neste lote estão englobadas as infraestruturas da Águas do Centro Litoral que se desenvolvem nos concelhos de Leiria, Marinha Grande, Batalha, Porto de Mós e Ourém, cuja identificação e localização se encontram discriminadas nos **Anexos III e IV** do presente Caderno de Encargos.

4. Na tabela infra, encontram-se quantificadas as infraestruturas abrangidas pela presente prestação de serviços.

| LOTE | ETAR | Estações Elevatórias | Condutas Elevatórias (km) | Condutas Gravíticas (km) | Caixas de visita |
|------|------|----------------------|---------------------------|--------------------------|------------------|
| 1 | 2 | 36 | 48,36 | 86,9 | 1832 |
| 2 | 6 | 41 | 106,2 | 68,8 | 1478 |
| 3 | 9 | 27 | 32,5 | 322 | 5698 |

5. As quantidades de serviço previstas no **Anexo II** são estimadas e não vinculam a AdCL, sendo apenas estimativas e não obrigam o Contraente Público a quaisquer quantidades regulares e ou mínimas diárias ou mensais, nem conferem direito a qualquer pagamento por serviços a menos.
6. As quantidades estimadas foram definidas com base no histórico de horas de trabalho para cada instalação.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
- Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - A Proposta;
 - Os esclarecimentos sobre a Proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário;
 - O clausulado contratual.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Entidade Adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal, prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a**Prazo contratual**

1. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, o Contrato tem a duração de 1 (*um*) ano, a contar da data de aposição da última assinatura, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos de 1 (*um*) ano, até ao máximo de 3 (*três*) anos, se não for denunciado por qualquer das partes com a antecedência mínima de 30 (*trinta*) dias em relação ao seu termo ou ao termo de cada renovação.
2. A não renovação do contrato não confere direito ao recebimento de qualquer indemnização.
3. Independentemente de não se ter completado o período referido no número anterior (3 anos), o contrato cessará a sua vigência quando os pagamentos ao Adjudicatário perfaçam, **pelo respetivo lote**, os seguintes montantes, sem IVA incluído, ou seja, quando for atingido o preço contratual máximo:
 - a) **Lote 1** (Departamento Operacional Ria Norte) – 1.077.750,00€ (*um milhão, setenta e sete mil, setecentos e cinquenta euros*);
 - b) **Lote 2** (Departamento Operacional Ria Sul) – 774.000,00€ (*setecentos e setenta e quatro mil euros*);
 - c) **Lote 3** (Polo Lis) – 852.000,00€ (*oitocentos e cinquenta e dois mil euros*).

CAPÍTULO II**OBRIGAÇÕES DAS PARTES****SECÇÃO I****OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO****Cláusula 4.^a****Obrigações do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do Adjudicatário as seguintes:
 - a) Executar o objeto da prestação de serviços adjudicada, em conformidade com o estabelecido nas Cláusulas e **Anexo I** do presente Caderno de Encargos e com a proposta adjudicada;
 - b) Cumprimento das disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pelo Contraente Público, nos termos do “Regulamento para Fornecedores”, “Código de Conduta de Fornecedores” e do próprio sistema de gestão de responsabilidade empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem;

- c) Disponibilizar a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior;
 - d) Conduzir a sua atividade de forma ética e socialmente responsável e a adotar os princípios e valores éticos do Contraente Público, assinando para o efeito as Declarações de Aceitação do Código de Conduta de Fornecedores e Regulamento para Fornecedores;
 - e) Cumprir integralmente a legislação em vigor no domínio da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho e Responsabilidade Social;
 - f) Tomar as medidas necessárias para evitar ou minimizar os incómodos aos utilizadores das infraestruturas e à população residente nas proximidades do local onde será prestado o serviço, devendo-se cumprir o disposto no Regulamento Geral de Ruído (DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual);
 - g) Garantir que dispõe de todos os equipamentos, ferramentas e materiais necessários para a realização dos serviços objeto do contrato.
2. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, equipamentos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização, necessários à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. É também da responsabilidade do Adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos causados a terceiros em virtude da execução da prestação dos serviços (ainda que causados por subcontratados, fornecedores e ou tarefeiros) que lhe sejam imputáveis a qualquer causa.

Cláusula 5.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

- 1. No que diz respeito ao cumprimento dos requisitos do Sistema de Gestão, que se encontram expressos no Regulamento para Fornecedores, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a celebração do contrato, o Adjudicatário deverá apresentar os documentos constantes no Anexo I do RG.01 – Regulamento para Fornecedores, a submeter para aprovação do Contraente Público.
- 2. A AdCL analisa os documentos referentes ao n.º 1 e 2 no prazo máximo de 5 (cinco) dias, comunicando por escrito, ao Adjudicatário, da sua validação ou solicitando a necessidade de corrigir / complementar eventuais discrepâncias com exigências legais ou especificado.
- 3. O início da prestação de serviços nas instalações do Contraente Público só pode ocorrer após a validação integral dos documentos exigidos no n.º 1 e 2 por parte do Contraente Público.

Cláusula 6.^a

Dever de sigilo

1. O Adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 7.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do Contraente Público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do Contraente Público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.

6. O Adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita do Contraente Público, o Adjudicatário deve, no prazo de 15 (*quinze*) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O Adjudicatário deve comunicar de imediato ao Contraente Público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O Adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o Contraente Público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/ de supervisão de que seja objeto.
10. Se o Adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o Contraente Público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o Contraente Público possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o Contraente Público:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação;
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
12. O Adjudicatário obriga-se a ressarcir o Contraente Público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Adjudicatário é fundamento de resolução do

presente contrato com justa causa pelo Contraente Público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 8.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo Contraente Público.
2. Dependendo da opção do Contraente Público, o Adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 9.^a

Transferência de dados pessoais

O Adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do Contraente Público, exceto se o Adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o Contraente Público antes de proceder a essa transferência.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 10.^a

Preço contratual e preços base unitários

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Adjudicatário os preços unitários contratuais, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. Os preços unitários referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AdCL, nomeadamente alimentação, deslocação de meios humanos, transporte, despesas de mão-de-obra, equipamento, materiais, trabalhos preparatórios, seguros, assistência e segurança do pessoal, alojamento, armazenamento de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. O preço contratual máximo, para o prazo máximo de 3 (três) anos, para cada lote é de:
 - a) Lote 1 – 1.077.750,00€ (*um milhão, setenta e sete mil, setecentos e cinquenta euros*);
 - b) Lote 2 – 774.000,00€ (*setecentos e setenta e quatro mil euros*);
 - c) Lote 3 – 852.000,00€ (*oitocentos e cinquenta e dois mil euros*).
4. Os preços base unitários, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor, para cada lote, encontram-se definidos no **Anexo II** do presente Caderno de Encargos.

Cláusula II.^a

Remuneração dos serviços

1. Os serviços previstos no presente Caderno de Encargos serão remunerados por aplicação dos preços unitários contratuais às quantidades de serviços realmente executadas, em cada mês.
2. Por cada dia de trabalho executado, deverá ser elaborada a respetiva guia de trabalho com indicação da espécie de trabalho, horas respetivas e/ou metros executados, local de execução, nome dos operadores da empresa e matrícula da viatura, sendo que as referidas guias deverão ser validadas pelos colaboradores do Contraente Público que acompanharam a execução dos serviços.
3. O Adjudicatário deverá apresentar o Auto de Medição Mensal dos serviços prestados, devendo o mesmo incluir o tipo de trabalho, quantificação do n.º de horas executadas e/ou comprimento de conduta e identificação das infraestruturas intervencionadas.
4. Os critérios a seguir na medição dos trabalhos serão os seguintes:
 - a) Deslocação para o local de intervenção – não é objeto de faturação;
 - b) Deslocação entre mais de um local de intervenção consecutivo – por hora de trabalho realizado;
 - c) Trabalhos de limpeza de condutas - por hora de trabalho realizado;
 - d) Trabalhos de desobstrução de condutas e limpeza de órgãos adjacentes – por hora de trabalho realizado;
 - e) Trabalhos de inspeção vídeo de condutas – comprimento (m) de conduta inspecionada, independentemente do número de passagens;
 - f) Trabalhos de limpeza de poços de Estações Elevatórias – por hora de trabalho realizado;
 - g) Trabalho de limpeza de órgãos de Estações de Tratamento – por hora de trabalho realizado;
 - h) Transvase de lamas líquidas – por hora de trabalho realizado;
 - i) Descarga de resíduos e limpeza da cisterna – por hora de trabalho realizado até um máximo de 2 horas.

5. Para efeitos de contagem do número de horas de trabalho, considera-se o seguinte:

- No caso das alíneas c), d), f) e g), o trabalho tem início desde o começo da intervenção e termina quando os meios e pessoal do Adjudicatário abandonarem as instalações para a descarga de resíduos nas instalações definidas **no número 4 do Ponto B, do Anexo I** do presente Caderno de Encargos.
- No caso das alíneas e) e h), o trabalho tem início desde o começo da intervenção e termina quando os meios e pessoal do Adjudicatário abandonarem o local de trabalho;
- Caso a duração do trabalho, seja inferior a 2 horas, será pago o tempo mínimo de 2 horas, com exceção das situações em que a causa seja imputável ao Adjudicatário.

Cláusula 12.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Contraente Público, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo Contraente Público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após aprovação do Auto de Medição relativo aos serviços executados, de acordo com o definido na Cláusula 11.^a.
3. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Adjudicatário, devendo, no entanto, o Contraente Público proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3 devem ser apresentadas até ao dia 4 do mês seguinte a que se referem, conter a menção da respetiva nota de encomenda e as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Adjudicatário.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 13.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo Adjudicatário ao Contraente Público, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP.

2. As faturas eletrónicas a emitir pelo Adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP”.
3. Caso o Adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/normas/Paginas/normas.aspx>;
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores em <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx>;
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5;
4. As faturas eletrónicas a emitir deverão cumprir, para além do definido no n.º I do artigo 299.º-B do CCP, o estabelecido no documento “Águas de Portugal – Manual de Boas Práticas – Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
5. As faturas devem conter, entre outras indicações, a referência do concurso, o número da nota de encomenda – é obrigatória a menção do número da Nota de Encomenda na Fatura (ficheiro EDI – no campo cbc:ID da estrutura cac:OrderReference) – e o correspondente item, sob pena de devolução daquelas e o consequente não reconhecimento das obrigações.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pelo Contraente Público não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 14.ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pelo Contraente Público, identificado no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.^a

Modificação objetiva do contrato

Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato não pode ser modificado.

Cláusula 16.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do Adjudicatário no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo Adjudicatário depende de autorização do Contraente Público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir do Adjudicatário o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Incumprimento dos serviços que constam do planeamento, conforme descrito no número 2.2 do Ponto C do Anexo I deste Caderno de Encargos, contado da data prevista para a execução

dos serviços, conforme planeamento semanal apresentado - considerar-se-á uma sanção de 5% do valor do contrato por cada dia de atraso. Considera-se que o Adjudicatário não deu início à execução dos trabalhos requeridos, enquanto não estiverem afetos todos os meios neles previstos e solicitados pelo Contraente Público;

- b) Pelo incumprimento relativo aos **serviços de transvase de lamas líquidas**, será aplicada uma sanção no valor de 500,00 (*quinhentos euros*) por cada falha de serviço verificada pelo contraente público;
- c) Incumprimento do prazo de 4 (*quatro*) horas, conforme definido no número 2.6 do Ponto C do Anexo I deste Caderno de Encargos, para a execução dos serviços com carácter de urgência, contado da formalização do respetivo pedido por parte do Contraente Público - considerar-se-á uma sanção de 10% do valor do contrato por cada hora de atraso. Considera-se que o Adjudicatário não deu início à execução dos trabalhos requeridos, enquanto não estiverem afetos todos os meios neles previstos e solicitados pelo Contraente Público;
- d) Incumprimento dos requisitos mínimos das viaturas disponibilizadas para a execução dos serviços, conforme definido no número 3 do Ponto E do Anexo I deste Caderno de Encargos - considerar-se-á uma sanção de 5 a 10% do valor do contrato em razão do incumprimento identificado, sendo a gravidade do mesmo fixada pela contraente público seguindo princípios de razoabilidade;
- e) Pelo incumprimento de cada situação detetada das suas obrigações contratuais no que se refere ao não cumprimento do RG.01 – Regulamento de Fornecedores, ou do OD.01 – Código de Conduta, conforme definido na Cláusula 5.^a - considerar-se-á uma sanção de 5% do valor do contrato a aplicar em cada situação de incumprimento detetada pelo contraente público.

- 2. Sem prejuízo do disposto nos pontos anteriores, os incumprimentos mencionados poderão dar origem a sanções pecuniárias compulsórias, nomeadamente: **Para os serviços de limpeza e desobstrução**, verificar-se-á uma sanção pecuniária compulsória no valor de 100,00 (*cem euros*) quando o atraso verificado seja superior a 5 (*cinco*) dias.
- 3. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
- 4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).

5. Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo do n.º I, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva entrega tenha determinado a respetiva resolução.
6. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o Contraente Público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o fornecedor direito a qualquer indemnização.

Cláusula 19.ª

Resolução do contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Atraso, total, na execução do contrato superior a I (um) mês ou declaração escrita do Adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
 - b) Utilização de viaturas que não possuam os requisitos mínimos descritos no **Ponto E do Anexo I** do presente Caderno de Encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Contraente Público.

Cláusula 20ª

Resolução do contrato por parte do adjudicatário

1. O Adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 21.^a**Seguros**

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
- a) Seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor de mínimo de 200.000 € (*duzentos mil euros*).
 - b) O seguro de responsabilidade civil a contratar pelo Adjudicatário deve contemplar as seguintes cláusulas:
 - Responsabilidade Civil Cruzada, dado o envolvimento de todas as entidades seguras, nomeadamente a AdCL, Adjudicatários e Subadjudicatários intervenientes;
 - Danos causados a cabos, tubagens e serviços enterrados;
 - c) Seguro de responsabilidade ambiental de acordo com o Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (Diploma da Responsabilidade Ambiental), alterado pelos DL n. 245/2009, de 22 de setembro, 29-A/2011, de 1 de março, 60/2012, de 14 de março, e 13/2016, de 9 de março, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais.
 - d) O Adjudicatário obriga-se a efetuar o seguro de acidentes de trabalho onde estejam incluídos os colaboradores afetos à prestação de serviços contratada.
 - e) As condições estabelecidas no número anterior abrangem igualmente os colaboradores dos subcontratados afetos à prestação de serviços contratada, respondendo o Adjudicatário pela observância de tais condições perante a AdCL.
 - f) O Adjudicatário obriga-se ainda a celebrar contrato de seguro que tenha por objeto os meios de transporte que sejam empregues na execução dos serviços, bem como todas as pessoas neles transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas com valor legalmente estabelecido por lei para responsabilidade civil.
 - g) Os encargos referentes aos seguros impostos na presente cláusula, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Adjudicatário.
2. O Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número 1, devendo o Adjudicatário prestá-la no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 23.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o Contraente Público e o Adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contactos identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada com aviso de receção é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 24.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 25.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 26.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A. Condições gerais de execução dos serviços

- I. A execução dos tipos de serviços previstos neste Caderno de Encargos – limpeza, desobstrução e transvase e inspeção vídeo de condutas em Estações Elevatórias e órgãos em Estações de Tratamento, ocorrerão à medida que o Contraente Público considere necessária a sua execução, sendo precedida de prévia comunicação ao Adjudicatário, de acordo com o definido no número 2 do Ponto C do presente Anexo do Caderno de Encargos.
2. Será encargo do Adjudicatário:
 - a) A reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao Adjudicatário e que não resultem da própria natureza da Aquisição de Serviços, sejam sofridos por terceiros até ao final do prazo da Aquisição de Serviços, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do Adjudicatário ou dos seus subadjudicatários e do deficiente comportamento ou da falta de segurança dos trabalhos, materiais e equipamentos;
 - b) O que for necessário para a execução completa dos trabalhos abrangidos pelo contrato, de acordo com a melhor técnica e regras da arte e de harmonia com as Especificações Técnicas e de acordo com as condições expressas no Caderno de Encargos, e com as disposições legais aplicáveis;
 - c) A iluminação, vigilância, sinalização, balões de secionamento, meios de trabalho em espaços confinados e em altura quando aplicável;
 - d) As medidas necessárias para evitar ou reduzir, quanto possível, incómodos a utentes, vizinhos e passantes, quando os trabalhos forem executados na proximidade de lugares habitados, devendo neste ponto ser cumprido o disposto no Regulamento Geral de Ruído (DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual);
 - e) O Adjudicatário é o único responsável por todos os acidentes ou danos, quer pessoais quer materiais, que os trabalhos de execução da Aquisição de Serviços ou ação dos seus agentes possam causar, tanto ao pessoal como a terceiros, bem como ao Contraente Público e seus representantes.

B. Métodos e técnicas de execução dos serviços

I. Trabalhos de limpeza e desobstrução de condutas

Os trabalhos de limpeza e desobstrução de condutas e caixas de visita contemplam o seguinte:

- 1) Limpeza geral e/ou desobstrução de condutas indicadas no **Anexo IV**, com recurso a equipamento de limpeza de esgotos de alta pressão e sucção, cujo diâmetro pode variar de 100 mm até 1000 mm, numa extensão máxima de 120 metros;
- 2) As operações de limpeza e de desobstrução devem assegurar a libertação de depósitos de materiais sólidos e de raízes, para permitir que o escoamento de águas residuais se processe em boas condições, e ainda evitar os maus cheiros e a degradação das infraestruturas;
- 3) As operações de limpeza deverão ser executadas com máxima utilização dos meios mecânicos e hidráulicos adequados e eficazes, sendo de reduzir ao mínimo indispensável os procedimentos manuais;
- 4) As operações devem ser realizadas de acordo com as pressões e regimes de rpm do motor recomendadas em que o equipamento deverá estar a funcionar no regime mais eficaz, do ponto de vista de eficiência de limpeza;
- 5) Os resíduos resultantes das operações de limpeza devem ser geridos conforme disposto no número 4 do presente Ponto B do presente Anexo;
- 6) O Contraente Público fornecerá os elementos do seu cadastro, sempre que possível, de modo que os trabalhos sejam facilmente contabilizados.

2. Trabalhos de inspeção vídeo

2.1. Considerações gerais

Entende-se por trabalhos de inspeção vídeo o seguinte:

- 1) Trabalhos de inspeção vídeo das condutas indicadas no **Anexo IV** com recurso a equipamento CCTV, que permita visualizar o estado estrutural e de funcionamento das condutas, cujo diâmetro pode variar de 100 mm até 1000mm;
- 2) Os trabalhos de inspeção devem estar coordenados com os trabalhos de limpeza e obrigatoriamente serem executados após esta, ou podendo ser dela independente, estando neste caso sujeita a autorização do Contraente Público;
- 3) O Contraente Público fornecerá os elementos do seu cadastro, sempre que possível, de modo que os trabalhos sejam facilmente contabilizados;

2.2. Registo da informação CCTV e Características da Inspeção

- 1) No início de cada troço de conduta a ser inspecionado, o medidor de distâncias deverá ser colocado a zero, com a câmara no interior do troço de conduta de saída da câmara de visita, na exata perpendicularidade da parede da câmara de visita, de modo a obter um registo completo do comprimento do troço de conduta.
- 2) O Operador de CCTV deverá assegurar que a contagem da metragem começa imediatamente após o avanço da câmara.
- 3) No início de cada troço o coletor a ser inspecionado, um gerador de informação deverá gerar eletronicamente e exibir com clareza no monitor de acompanhamento da gravação e na própria gravação, um registo de informação em forma alfanumérica que conterá no mínimo a seguinte informação, sem interferir com o alvo principal da imagem:
 - Atualização automática da distância acumulada desde o ajuste do zero;
 - Dimensão do troço de conduta;
 - Data da inspeção;
 - Localização (nome da rua e/ou lugar);
 - Direção da inspeção;
 - Hora de início da inspeção;
 - Registo de anomalias;
 - Cálculo automático da inclinação.
- 4) Assim que a inspeção tem início, a seguinte informação mínima deverá ser continuamente exibida e gravada:
 - Atualização automática da distância acumulada desde o ajuste do zero;
 - Atualização automática da inclinação da tubagem.

A câmara será imobilizada sempre que estejam a ser registadas anomalias ou estejam a ser recolhidas fotografias com o equipamento.

2.3. Posição da Câmara de CCTV

Sempre que possível a câmara de CCTV será posicionada de modo a reduzir o risco de distorção de imagem. A lente da câmara será posicionada no centro do coletor, mantendo-se sempre a posição de visualização ao longo do eixo do coletor.

2.4. Inspeção com elevação e rotação

- 1) O Adjudicatário deverá imobilizar a câmara em todas as ligações, quebras e juntas abertas e executar uma elevação vertical a 90° e uma rotação a 360° para inspecionar a anomalia/ligação;

- 2) O Adjudicatário deverá realinhar a câmara na direção da inspeção antes de prosseguir com a filmagem.

2.5. Recolha dos Equipamentos

O Adjudicatário é responsável pela recolha do seu equipamento de CCTV e de qualquer outro equipamento seu em serviço no interior de qualquer infraestrutura abrangida pela presente Aquisição de Serviços.

2.6. Abandono da Inspeção

2.6.1. O abandono da inspeção de troços de conduta poderá ser considerado nas seguintes circunstâncias:

- 1) Riscos para o equipamento do Adjudicatário;
- 2) Impossibilidade de prosseguir na conduta;
- 3) Riscos para as operações do Adjudicatário devido à falta de segurança da câmara de visita;
- 4) Na presença de uma atmosfera perigosa ou onde as condições de segurança no interior de uma câmara de visita sejam inaceitáveis para a proteção dos trabalhadores;
- 5) Riscos para a integridade estrutural do coletor.

2.6.2. No caso (1) o Adjudicatário deverá fotografar a área problemática, interromper a inspeção e, reportar de modo fundamentado à AdCL a sua opinião para a interrupção dos trabalhos, assim que seja razoavelmente possível.

2.6.3. O Adjudicatário deverá de seguida proceder com a inspeção do mesmo troço de coletor pela direção oposta ou avançar para o próximo segmento de inspeção, conforme apropriado ou conforme instruído pelo Contraente Público.

2.6.4. Nos casos (2), (4) e (5) o Adjudicatário deverá, se apropriado, fotografar a situação causadora do abandono da inspeção e, reportar de modo fundamentado à AdCL a sua opinião para a interrupção dos trabalhos, assim que seja razoavelmente possível. O Adjudicatário deverá de seguida proceder com a inspeção do mesmo troço de coletor, pela direção oposta ou avançar para o próximo segmento de inspeção, conforme instruído pelo Contraente Público.

2.6.5. No caso (3), o Adjudicatário reportará o assunto de modo fundamentado à AdCL, assim que seja razoavelmente possível. O Adjudicatário deverá de seguida proceder com a inspeção do mesmo troço de coletor, pela direção oposta ou avançar para o próximo segmento de inspeção, conforme apropriado ou conforme instruído pelo Contraente Público.

2.7. Relatório inspeção vídeo

Por cada troço de conduta inspecionado deverá ser produzido um Relatório com apreciação escrita do estado da conduta e indicação criteriosa das anomalias verificadas, acompanhado de fotografias desses locais e situações detetadas, por forma a obter uma visualização completa das anomalias assim como de uma gravação em DVD da inspeção.

O relatório deverá ser apresentado de forma ordenada e possuir um índice que facilite a sua consulta, onde deve constar a identificação das caixas de visita de acordo com as plantas de cadastro fornecidas pelo Contraente Público.

A codificação da informação recolhida relativamente aos troços de emissário e às câmaras de visita inspecionadas, no que for aplicável e sem prejuízo do disposto neste Caderno de Encargos, será efetuada em conformidade com a EN 13508-2.

3. Trabalhos de limpeza de poços de Estações Elevatórias e órgãos de Estações de Tratamento

Entende-se por trabalhos de limpeza de poços das Estações Elevatórias e órgãos de Estações de Tratamento o seguinte:

- 1) Limpeza dos poços das Estações Elevatórias e órgãos de Estações de Tratamento indicadas no **Anexo III** do presente Cadernos de Encargos;
- 2) As operações de limpeza e sucção devem assegurar a libertação de depósitos de materiais sólidos e sucção de sedimentos, para permitir que o funcionamento do poço/órgão na capacidade máxima, e ainda evitar a degradação dos sistemas de bombagem;
- 3) As operações de limpeza deverão ser executadas com máxima utilização dos meios mecânicos e hidráulicos adequados e eficazes, sendo de reduzir ao mínimo indispensável os procedimentos manuais;
- 4) As operações devem ser realizadas de acordo com as pressões e regimes de rpm do motor recomendadas em que o equipamento deverá estar a funcionar no regime mais eficaz, do ponto de vista de eficiência de limpeza;
- 5) Os resíduos resultantes das operações de limpeza devem ser geridos conforme disposto no número 4 do Ponto B do presente Anexo.

4. Transvase de lamas líquidas e resíduos

4.1. Entende-se por trabalhos de transvase de lamas líquidas e resíduos de limpeza de órgãos das EEAR e ETAR o seguinte:

- 1) Recolha em poços de estações elevatórias, caixas de visita, órgãos de estações de tratamento, silos, espessadores, tanques de lamas, etc. e transporte e deposição dos mesmos em locais pertencentes a infraestruturas do Contraente Público e designados pelo representante do Contraente Público;
- 2) As operações deverão ser executadas com máxima utilização dos meios mecânicos e hidráulicos adequados e eficazes, sendo de reduzir ao mínimo indispensável os procedimentos manuais.

4.2. Os resíduos resultantes da limpeza dos órgãos das EEAR e ETAR deverão ser entregues nas seguintes instalações do Contraente Público:

- Estação Elevatória EEV14, localizada em Fermentelos, Águeda (WGS84: LON 8° 30' 53.853" W; LAT 40° 33' 21.76" N);
- Estação Elevatória Ponte das Mestras, localizada em Barosa-Leiria (WGS84: LON 8 °49' 55.63" W; LAT 39° 44' 59.83" N).

4.3. Para executar os serviços de transporte de lamas líquidas e de sólidos provenientes das limpezas de órgãos das EEAR e das ETAR, o Adjudicatário deverá possuir Alvará do IMT para o exercício da atividade de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem, assim como as matrículas dos camiões associadas ao transporte, nos termos do Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de julho.

4.4. Qualquer alteração das viaturas específicas afetas à prestação de serviços deve ser comunicada e aprovada pelo Contraente Público, que irá verificar se as mesmas cumprem com o disposto no número anterior.

4.5. Os serviços referidos nos números anteriores deverão ser efetuados em camiões autotanque.

5. Água

Toda a água utilizada para a execução dos trabalhos deverá ser recolhida nas instalações do Contraente Público e, sempre que possível, privilegiado o uso de água residual tratada.

6. Ruído

O Adjudicatário deverá cumprir o disposto no Regulamento Geral do Ruído (DL9/2007 de 17 de janeiro) minimizando o ruído e as vibrações resultantes das suas operações.

C. Pessoal, horário de realização dos serviços e constituição da equipa

I. Disposições gerais

I.1. São de exclusiva responsabilidade do Adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da Aquisição de Serviços, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

I.2. O Adjudicatário é obrigado a manter a boa ordem no local de execução dos trabalhos e a retirar deste, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do Contraente Público, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito.

I.3. A ordem referida no ponto anterior deverá ser fundamentada por escrito quando o Adjudicatário o exigir, mas sem prejuízo de imediata suspensão do pessoal.

I.4. Todo o pessoal afeto à Prestação de Serviços deverá trabalhar devidamente fardado e possuir o equipamento de proteção individual adequado ao desempenho dos serviços contratados.

I.5. A quantidade e a qualificação profissional do pessoal a afetar à Prestação de Serviços deverão estar de acordo com os requisitos mínimos definidos no número 0 do presente Ponto C do presente Anexo e com as necessidades dos trabalhos a executar.

2. Horário e planeamento da realização dos serviços

2.1. Os serviços decorrerão regra geral nos dias úteis, excecionalmente, nos casos devidamente justificados por motivos de manifesta urgência, serão realizados em dia não útil.

2.2. Os serviços solicitados pelo Contraente Público devem ser programados semanalmente, com a definição dos dias de serviço e identificação dos locais de execução dos serviços. O Contraente Público enviará o planeamento semanal, até às 18 horas da quinta-feira da semana anterior, para o correio eletrónico do gestor do contrato do prestador de serviços.

2.3. A não realização dos serviços conforme descrito no número 2.2 por motivo não imputável ao Contraente Público, obriga à apresentação por parte do Adjudicatário, num prazo máximo de 2 (*dois*) dias, de uma proposta de nova data para a realização dos serviços, sujeita a aprovação do Contraente Público.

2.4. Não obstante a forma de planeamento referida no número 2.2, prevê-se que seja necessário o Adjudicatário **disponibilizar semanalmente**, para o Lote 2 e Lote 3, no mínimo as seguintes viaturas:

Lote 2 (Departamento Operacional Ria Sul)

| Dia | Tipo de Trabalho | Viatura | Disponibilidade |
|--------------|---|----------------------------|------------------|
| Quinta-feira | Limpeza de órgãos das EEAR e ETAR e transvase de lamas líquidas | Camião de 15m ³ | Todas as semanas |
| Sexta-feira | Transvase de lamas líquidas | Camião de 15m ³ | Todas as semanas |

Lote 3 (Polo Lis)

| Dia | Tipo de Trabalho | Viatura | Disponibilidade |
|-------------|--|----------------------------|------------------|
| Terça-feira | Limpeza, desobstruções de órgãos das EEAR e ETAR e transvase de lamas líquidas | Camião de 15m ³ | Todas as semanas |
| Sexta-feira | Limpeza, desobstruções de órgãos das EEAR e ETAR e transvase de lamas líquidas | Camião de 15m ³ | Todas as semanas |

2.5. Independentemente do definido nos números 2.2 e 2.4, de forma a garantir a operacionalidade das infraestruturas, o Contraente Público poderá alterar o planeamento semanal sempre que se justifique, comunicando previamente ao Adjudicatário.

2.6. **Os serviços solicitados que tenham carácter de urgência deverão iniciar-se no prazo máximo de 4 (horas) após comunicação por telefone por parte do Contraente Público,** devendo este posteriormente e logo que possível confirmar o pedido para o correio eletrónico do gestor do contrato do Adjudicatário. O Contraente Público reserva-se ao direito de tendo equipas a laborar no âmbito da prestação de serviço, requerer a intervenção de urgência de outra equipa, até ao máximo de simultaneidade de viaturas previstas na prestação de serviços.

2.7. Para o cumprimento do disposto no número anterior, após a adjudicação, deverão ser disponibilizados, contactos (fixos e móveis) para receção de pedidos com carácter de urgência, contactos esses que deverão estar disponíveis, pelo menos um deles, 24 horas/dia, 7 dias/semana.

2.8. Exceto nos casos de urgência, os trabalhos iniciar-se-ão em regra, às 08h00 da manhã e prolongar-se-ão até às horas que se entenderem convenientes. De acordo com ambas as partes, poderão ser antecipadamente combinados outros horários.

2.9. O Adjudicatário deverá estar preparado para realizar trabalhos noturnos e aos fins-de-semana, tendo ao seu dispor meios para suprir essa necessidade quando necessário.

3. Constituição da equipa

3.1. Os trabalhos contratados deverão ser efetuados por pessoal qualificado e experiente na execução de trabalhos idênticos ao do objeto da presente Prestação de Serviços.

3.2. O Adjudicatário obriga-se a afetar à prestação de serviços, os meios humanos necessários, para constituir no mínimo 2 (*duas*) equipas de intervenção constituídas no mínimo por 1 (*um*) motorista e 1 (*um*) ajudante, por equipa, de forma a fazer face a situações de intervenção simultânea com carácter regular e/ou de urgência.

3.3. O Adjudicatário deverá afetar à Aquisição de Serviços um Gestor de Contrato, com experiência, nos diversos tipos de trabalho a desenvolver que fará a interface entre a sua equipa de operação e o Contraente Público. Deverá acompanhar os trabalhos e estar presente no local da Prestação de Serviços sempre que para tal seja convocado assim como reuniões de trabalho solicitadas pelo Contraente Público.

3.4. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da Prestação de Serviços deverão ser dirigidos diretamente para o Gestor de Contrato.

D. Segurança, higiene e saúde no trabalho

I. Disposições gerais

I.1. O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal adstrito à presente Prestação de Serviços, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.

I.2. O Adjudicatário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal adstrito à presente Prestação de Serviços, e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

I.3. Em caso de negligência do Adjudicatário no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números I.1 e I.2 do presente Ponto D, o Contraente Público poderá tomar, à custa do Adjudicatário, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades deste último.

I.4. O Adjudicatário apresentará, antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que haja lugar a atualização, apólice e recibo de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal adstrito à presente Prestação de Serviços.

I.5. O Adjudicatário responderá plenamente perante o representante do Contraente Público, pela observância das condições estabelecidas nos números I.1 a **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** do presente Ponto D, relativamente a todo o pessoal adstrito à presente Prestação de Serviços, incluindo o pessoal dos sub adjudicatários.

1.6. O Adjudicatário é responsável pela coordenação da atividade dos sub adjudicatários, tendo em conta a natureza das atividades que cada um desenvolve, devendo ser efetuada uma cooperação adequada no sentido da proteção da segurança e saúde, atendendo ao disposto na legislação em vigor.

2. Medidas de Proteção e Segurança

2.1. O Adjudicatário obriga-se a manter todo o seu pessoal devidamente uniformizado e identificado, com vestuário adequado. O Adjudicatário deverá observar, por parte do seu pessoal, o uso obrigatório de todo o equipamento de higiene e segurança que seja necessário à Prestação de Serviços, nomeadamente os equipamentos de proteção individual e/ou coletiva. Devendo ser utilizados a título indicativo e não exclusivo, os seguintes equipamentos ou acessórios de segurança ou proteção individual e/ou coletiva:

- a) Fardamento adaptado às tarefas a executar;
- b) Luvas de proteção mecânica (pele), proteção biológica;
- c) Fato de chuva completo;
- d) Fatos descartáveis de proteção face aos riscos a que estão expostos;
- e) Calças de água;
- f) Galochas com biqueira e palmilha de aço;
- g) Calçado com biqueira e palmilha de aço;
- h) Óculos de proteção;
- i) Auriculares;
- j) Colete salva-vidas;
- k) Colete refletor;
- l) Lanterna individual para reforço de iluminação existente;
- m) Máscara descartável;
- n) Equipamento portátil de deteção de gases;
- o) Máscaras e respetivos filtros de gases incluindo aparelhos de respiração autónoma;
- p) Todos os equipamentos anti quedas, nomeadamente arnês de segurança e corda em “y”, capacetes, luzes frontais antideflagrantes e demais equipamento necessário face aos riscos a que estarão expostos;
- q) Tripé de resgate e respetivos acessórios para a equipa (caso seja necessário).

2.2. O Adjudicatário deverá efetuar todas as ações necessárias à formação e informação do seu pessoal, relativamente à legislação em vigor, bem como zelar para que se apresente ao serviço devidamente munido do equipamento adequado, de modo que as intervenções sejam realizadas em condições de absoluta segurança, devendo também dar conhecimento das ações que empreende como essa finalidade, reservando-se o Contraente Público de as aprovar.

2.3. Para além das medidas de proteção e segurança específicas de cada tipo de trabalho a executar o Adjudicatário, a seu encargo, deverá nomeadamente, informar todos os trabalhadores dos métodos de trabalho e dos riscos que podem ocorrer na execução dos serviços, assim como medidas de segurança a respeitar.

2.4. Proteger os trabalhadores do ruído produzido nos locais de trabalho.

2.5. O Adjudicatário deverá assegurar que as tarefas a executar previstas no presente Caderno de Encargos são realizadas **no mínimo por 2 (dois) trabalhadores**.

2.6. É da responsabilidade do Adjudicatário a disponibilização **de medidor portátil de gases** (CO, CO₂, H₂S e O₂) por trabalhador, com a gama de medição de acordo com a legislação em vigor. Durante a fase de ausência do equipamento, por motivo de calibração externa, o mesmo tem que ser substituído por outro equipamento até ao regresso do equipamento residente.

2.7. O Adjudicatário deverá disponibilizar caixa de primeiros socorros, com os consumíveis mínimos necessários em cada viatura de serviço, de acordo com a Informação Técnica n.º 1/2010 da DGS.

2.8. O Adjudicatário deverá disponibilizar meios de combate a incêndio, nomeadamente extintor em cada viatura de serviço.

2.9. Delimitar, por sinalização temporária, as intervenções e obstáculos na via pública, com recurso a sinais verticais, horizontais e luminosos, bem como a dispositivos complementares. Os sinais verticais e os dispositivos complementares devem ser de material retrorrefletor.

2.10. A AdCL poderá exigir outras medidas de segurança para além das referidas.

2.11. Se a AdCL considerar, em qualquer momento, que a segurança não está suficientemente garantida, poderá determinar que se adotem as providências convenientes e impor até que isso seja satisfeito, a interrupção dos trabalhos

3. Procedimento de Segurança

3.1. O Adjudicatário designará um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação dos Procedimentos de Segurança, com a qualificação mínima na área da segurança, nomeadamente: técnico superior de segurança.

3.2. O Adjudicatário é responsável pela elaboração de procedimentos de emergência, definição das medidas preventivas a adotar, face aos riscos/ cenários a que estão expostos, em todas as instalações em que venham a executar os serviços definidos no presente Caderno de Encargos.

3.3. O Adjudicatário é ainda responsável por:

- Comunicar de imediato a ocorrência de incidentes durante a realização das atividades nas instalações do Contraente Público;
- Registar e verificar periodicamente o equipamento de proteção individual e de resgate;
- Adotar medidas e atuar em situações de perigo grave e eminente;
- Vigiar as condições de trabalho de trabalhadores em situações mais vulneráveis.

4. Formação de Segurança

De forma a garantir o desempenho pretendido na realização dos serviços definidos no presente Caderno de Encargos e que os mesmos são executados em condições de segurança, o Adjudicatário é responsável por garantir que os seus trabalhadores possuem formação, face aos riscos a que estão expostos e de acordo com a legislação em vigor, designadamente:

Trabalhos em altura e em espaços confinados;

- Trabalhos em altura e em espaços confinados - Portaria n.º 762/2002 de 1 de julho; garantir formação com componente teórica e prática;
- Exposição a riscos biológicos - Decreto-Lei n.º 84/97 de 16 de abril com as alterações do Decreto – Lei n.º 102-A/2020, de 9 de dezembro; garantir formação com componente teórica;
- Modo de utilização dos equipamentos de proteção individual, equipamentos de proteção coletiva e resgate, e equipamentos de medição e monitorização - Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na sua atual redação; garantir formação com componente teórica e prática;
- Modo de atuação em caso de emergência, incluindo formação em primeiros socorros, de acordo com os possíveis cenários de emergência - Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na sua atual redação; garantir formação com componente teórica e prática;
- Área ambiental, em especial sobre resíduos, aspetos e impactes ambientais considerados significativos e modo de atuação em caso de emergência ambiental – Regulamento de fornecedores AdCL.

E. Viaturas e equipamentos

I. Disposições Gerais

I.1. Constitui encargo do Adjudicatário, a utilização de máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas, e todo o material indispensável à boa execução dos trabalhos.

I.2. As viaturas e equipamentos a utilizar na presente Prestação de Serviços devem satisfazer os requisitos mínimos previstos no número 3 e 4 do presente Ponto E.

I.3. As viaturas e equipamentos a que se refere o ponto anterior devem satisfazer, quer quanto às suas características, quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido nas leis e regulamentos de segurança e ambiente aplicáveis.

I.4. As viaturas para limpeza e desobstrução colocados ao serviço da presente Prestação de Serviços devem cumprir o estipulado no Decreto-Lei n.º 50/2005 de 25 de fevereiro.

I.5. As viaturas para limpeza e desobstrução poderão ser propriedade do Adjudicatário ou subcontratados para esta Prestação de Serviços. Em qualquer das situações deverá ser indicado o ano de fabrico.

I.6. Deverá ser prevista a situação em que as viaturas não possam deslocar-se até à proximidade das caixas ou condutas, devendo o Adjudicatário propor e implementar após a aprovação do Contraente Público eventuais soluções alternativas que permitam a normal execução dos trabalhos objeto da presente Prestação de Serviços.

2. Requisitos Gerais das Viaturas

2.1. O Adjudicatário é responsável pela seleção e operação correta e adequada de todas as viaturas necessários à boa execução da Prestação de Serviços, de acordo com as especificações expressas neste Caderno de Encargos.

2.2. No caso de qualquer dos componentes das viaturas faltar, que implique a perturbação dos trabalhos, o Adjudicatário deverá notificar a avaria ao Contraente Público. Qualquer viatura que não possa ser reparado no prazo de 24 horas após a identificação da avaria, deve ser substituída por uma nova unidade. Se o Adjudicatário não tiver meios próprios para substituir a viatura avariada, deverá subcontratar esses serviços ou alugar essa viatura, de modo a retomar os trabalhos. As despesas de substituição são da responsabilidade do Adjudicatário.

3. Viaturas de Limpeza, desobstrução e transvase

3.1. O Adjudicatário necessariamente deverá garantir que dispõe de viaturas, para cada lote, com os seguintes requisitos mínimos:

3.1.1. LOTE 1 (Departamento Operacional Ria Norte)

| Caraterísticas | Requisitos mínimos das viaturas | | |
|--|------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| | Viatura 1 | Viatura 2 | Viatura 3 |
| | Camião de limpeza e desobstrução | Camião de limpeza e desobstrução | Camião de limpeza a seco |
| Capacidade do tanque (m³) | 15 | 12 | 14 |
| Reciclagem | sim | sim | Não |
| Bomba de alta pressão (bar) | 150 | 150 | Não aplicável |
| Bomba vácuo (m³/h) | 1.400 | 1.400 | 10.000 |
| Comprimento da mangueira de aspiração (m) | ≥ 60 | ≥ 60 | ≥ 350 |
| Diâmetro da mangueira de aspiração | ≥ 4" | ≥ 4" | ≥ 5" |
| Comprimento da mangueira de alta pressão (m) | ≥ 200 | ≥ 200 | Não aplicável |
| N.º de pessoas | 2 elementos (motorista e ajudante) | 2 elementos (motorista e ajudante) | 2 elementos (motorista e ajudante) |

3.1.2. LOTE 2 (Departamento Operacional Ria Sul)

| Caraterísticas | Requisitos mínimos das viaturas | | | |
|--|------------------------------------|---|------------------------------------|--|
| | Viatura 1 | Viatura 2 | Viatura 3 | Viatura 4 |
| | Camião de limpeza e desobstrução | Camião para transvase de lamas líquidas | Camião de limpeza a seco | Camião hidro-aspirador. Chassis com tração total |
| Capacidade do tanque (m³) | 15 | 15 | 14 | 8 |
| Reciclagem | sim | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável |
| Bomba de alta pressão (bar) | 150 | 150 | Não aplicável | 250 |
| Bomba vácuo (m³/h) | 1.400 | 1.400 | 10.000 | 2.000 |
| Comprimento da mangueira de aspiração (m) | ≥ 60 | ≥ 60 | ≥ 350 | ≥ 50 |
| Diâmetro da mangueira de aspiração | ≥ 4" | ≥ 4" | ≥ 5" | Não aplicável |
| Comprimento da mangueira de alta pressão (m) | ≥ 200 | ≥ 200 | Não aplicável | ≥ 150 |
| N.º de pessoas | 2 elementos (motorista e ajudante) | 2 elementos (motorista e ajudante) | 2 elementos (motorista e ajudante) | 2 elementos (motorista e ajudante) |

3.1.3. LOTE 3 (Polo Lis)

| Caraterísticas | Requisitos mínimos das viaturas | | |
|--|--|--|------------------------------------|
| | Viatura 1 | Viatura 2 | Viatura 3 |
| | Camião de limpeza e desobstrução e transvase de resíduos | Camião para transporte de lamas líquidas | Camião tração total |
| Capacidade do tanque (m3) | 15 | 15 | 2 |
| Reciclagem | sim | - | - |
| Bomba de alta pressão (bar) | 150 | 150 | 150 |
| Bomba vácuo (m3/h) | 1.400 | 1.400 | - |
| Comprimento da mangueira de aspiração (m) | ≥ 60 | ≥ 60 | - |
| Diâmetro da mangueira de aspiração | ≥ 4" | ≥ 4" | - |
| Comprimento da mangueira de alta pressão (m) | ≥ 200 | ≥ 200 | ≥ 150 |
| N.º de pessoas | 2 elementos (motorista e ajudante) | 2 elementos (motorista e ajudante) | 2 elementos (motorista e ajudante) |

3.1. O Adjudicatário, deverá ainda, garantir que:

- A capacidade do tanque (m³) corresponde à capacidade útil da viatura **para armazenamento de resíduos resultantes da limpeza e desobstruções ou armazenamento de lamas líquidas.**
- Para limpeza das infraestruturas deverá o Adjudicatário possuir um vasto conjunto de acessórios, para corte e remoção de raízes, para limpeza de areias ou gorduras e para obturação de tubagens.

4. Equipamento de Inspeção Vídeo

4.1. Unidade de Inspeção CCTV

- O veículo de CCTV, em regime de afetação à Prestação de Serviços, deverá ter duas zonas totalmente separadas. Uma área, designada como a área de observação, deverá ser insonorizada e climatizada e dotada de meios de controlo de fontes de iluminação externas e internas de modo a garantir que a imagem no monitor de visualização está de acordo com as especificações. Deverá ainda ser dotado de assentos adequados para duas pessoas e para o operador de CCTV, que permita a visualização correta do monitor de acompanhamento da inspeção em curso. A segunda área será designada como área de trabalho e estará reservada para o equipamento. Nenhum equipamento utilizado no esgoto poderá ser armazenado na zona de observação.

- b) Os meios materiais a alocar pelo Adjudicatário deverão permitir a extensão de inspeção vídeo a partir de uma caixa de visita, até no mínimo 200 metros.
- c) Cada equipamento CCTV deverá ser dotado de meios de transporte de câmara de CCTV em condições estáveis ao longo da inspeção. Tal equipamento manterá a posição da câmara de CCTV no ou próximo do eixo do coletor de secção circular, pelo que deverá ser ajustado de acordo com o diâmetro a inspecionar.
- d) Cada equipamento CCTV deverá ainda transportar guias e rolamentos em número suficiente a que todos os cabos e/ou guias usados para medir a posição da câmara dentro do coletor sejam mantidos tensos e no ângulo correto ao passarem pelo medidor de distâncias.
- e) Cada unidade de inspeção CCTV deverá transportar um conjunto de obturadores para controlo de caudal, para utilização, se necessário durante as inspeções CCTV. No mínimo deverá transportar uma unidade de cada diâmetro entre os 100mm e os 1000mm.

4.2. Medição Linear

- a) Na inspeção CCTV o monitor de visualização deverá mostrar uma atualização do registo de metros e décimas de metros relativas à distância acumulada desde o ponto de partida da inspeção ou ponto zero. Este registo será obtido por um medidor de distâncias adequado, que garanta que o comprimento é obtido com precisão.
- b) O Adjudicatário deverá demonstrar o cumprimento da precisão indicada no número anterior, pela utilização de um equipamento de calibração de cabos, que será executada no início de cada dia de trabalho, devendo manter um registo atualizado destas operações.

4.3. Câmara de CCTV, equipamento de gravação vídeo e monitor

- a) A Câmara de CCTV será capaz de realizar rotações de 360° e elevações de 90° a partir da horizontal.
- b) O ajuste do foco e brilho deverão permitir a otimização da qualidade da imagem, também por operação remota. O ajuste do foco e brilho deverão permitir uma gama de foco de 150mm em frente da lente da câmara até ao infinito. A distância ao longo da conduta no foco a partir do ponto inicial de observação será no mínimo o dobro da altura vertical da tubagem. A iluminação será tal que permitirá uma distribuição homogênea da luz pelas paredes da conduta sem perda de contraste, distorção da imagem ou sobreamento.
- c) A câmara de CCTV e o trator, cujo conjunto é vulgarmente chamado de robot, serão recolhíveis manualmente da conduta através de guincho com controlo remoto, cujo cabo e conexões deverão resistir no mínimo a 2000N.

d) O comando dos veículos tratores será feito à distância, a partir da viatura de apoio, devendo ainda ser possível o controlo remoto das funções de avanço, recuo, direção e velocidade do veículo de transporte, movimento da cabeça da câmara de vídeo (ângulo e velocidade de movimento), qualidade da imagem captada pela câmara (brilho, contraste, cores), a focagem da câmara, o nível de som captado pelo robot e a intensidade luminosa.

e) O comando dos veículos tratores será feito à distância, a partir da viatura de apoio, devendo ainda ser possível o controlo remoto das funções de avanço, recuo, direção e velocidade do veículo de transporte, movimento da cabeça da câmara de vídeo (ângulo e velocidade de movimento), qualidade da imagem captada pela câmara (brilho, contraste, cores), a focagem da câmara, o nível de som captado pelo robot e a intensidade luminosa.

f) Os robots de inspeção vídeo deverão ser providos de equipamento que permita medir a inclinação e a ovalização das tubagens, assim como medir a largura de fissuras, folgas de juntas, através de laser. A câmara deve ainda possuir zoom.

g) As funções base do software de tratamento da informação devem contemplar no mínimo:

- A atualização automática da distância acumulada desde o ajuste zero;
- O carregamento da informação como:
 - i. dimensão da conduta;
 - ii. nome e / ou localização do arruamento;
 - iii. direção da inspeção e hora de início da inspeção;
 - iv. nome do cliente e registo de anomalias;
 - v. cálculo automático da inclinação e traçado do perfil da tubagem;
 - vi. impressão de relatórios completos ou resumidos.

4.4. Condições para a entrada em serviço de novos equipamentos

Sempre que for necessário substituir o equipamento a afetar à Prestação de Serviços, que em tudo deve respeitar o exposto neste Caderno de Encargos, tal deverá ser levado a conhecimento e aprovação pelo Contraente Público com antecedência mínima de 15 dias.

ANEXO II

QUANTIDADES DE TRABALHO E PREÇOS BASE UNITÁRIOS

Lote 1 – Departamento Operacional Ria Norte

| Art.º | Tipo de Trabalho | Unid. | Quantidades estimadas (3 anos) | Preço Base Unitário (€) |
|-------|---|-------|--------------------------------|-------------------------|
| 1 | Limpeza e desobstrução de condutas e órgãos das EE e ETAR | h | 5 400 | 165,00 € |
| 2 | Limpeza de órgãos das EE e ETAR com viatura de aspiração a seco | h | 750 | 235,00 € |
| 3 | Inspeção vídeo de condutas | ml | 3 000 | 3,50 € |

Lote 2 – Departamento Operacional Ria Sul

| Art.º | Tipo de Trabalho | Unid. | Quantidades estimadas (3 anos) | Preço Base Unitário (€) |
|-------|---|-------|--------------------------------|-------------------------|
| 1 | Limpeza e desobstrução de condutas e órgãos das EE e ETAR e transvase de lamas líquidas | h | 4 200 | 165,00 € |
| 2 | Limpeza de órgãos das EE e ETAR com viatura de aspiração a seco | h | 300 | 235,00 € |
| 3 | Inspeção vídeo de condutas | ml | 3 000 | 3,50 € |

Lote 3 – Polo Lis

| Art.º | Tipo de Trabalho | Unid. | Quantidades estimadas (3 anos) | Preço Base Unitário (€) |
|-------|---|-------|--------------------------------|-------------------------|
| 1 | Limpeza e desobstrução de condutas e órgãos das EE e ETAR e transvase de lamas líquidas | h | 5 100 | 165,00 € |
| 2 | Inspeção vídeo de condutas | ml | 3 000 | 3,50 € |

ANEXO III

LOCALIZAÇÕES DAS INFRAESTRUTURAS

Lote I – Departamento Operacional Ria Norte

| DESIGNAÇÃO DA INFRAESTRUTURA | CONCELHO | COORDENADAS | |
|--------------------------------|----------------------|----------------|---------------|
| EE Esmoriz/Cortegaça | Ovar | 40°56'59.69" N | 8°38'20.25" W |
| EE Espargo | Santa Maria da Feira | 40°55'28.19" N | 8°35'36.56" W |
| EE Forca Vouga | Aveiro | 40°38'12.50" N | 8°38'11.52" W |
| EE Sá Barrocas | Aveiro | 40°39'02.32" N | 8°38'41.92" W |
| EE Beire (BI) | Santa Maria da Feira | 40°56'53.38" N | 8°35'54.12" W |
| EE Monte Branco (IG2) | Murtosa | 40°45'25.39" N | 8°42'06.69" W |
| EE Quinta do Antero (IG3) | Murtosa | 40°44'06.69" N | 8°41'52.57" W |
| EE Muranzel (IG4) | Murtosa | 40°42'58.48" N | 8°42'11.99" W |
| EE P.Camp.Orbitur (IG5) | Murtosa | 40°42'16.23" N | 8°42'56.81" W |
| EE Reserva S. Jacinto (IG6) | Aveiro | 40°41'12.84" N | 8°43'20.15" W |
| EE Final_ETAR S. Jacinto (IG7) | Aveiro | 40°40'11.80" N | 8°43'57.74" W |
| EE Cabomonte (LC1) | Santa Maria da Feira | 40°52'55.27" N | 8°33'59.31" W |
| EE Tarei (LC2) | Santa Maria da Feira | 40°53'29.57" N | 8°34'10.71" W |
| EE Souto (LC3) | Santa Maria da Feira | 40°53'34.38" N | 8°34'51.43" W |
| EE Maceda (NI1) | Ovar | 40°55'35.92" N | 8°37'30.62" W |
| EE Murtosa (NI10) | Murtosa | 40°45'39.56" N | 8°38'34.21" W |
| EE Urb. Póvoa (NI11) | Estarreja | 40°45'28.22" N | 8°35'34.63" W |
| EE Póvoa de Baixo (NI12) | Estarreja | 40°45'17.03" N | 8°34'53.41" W |
| EE Veiros (NI13) | Estarreja | 40°44'34.01" N | 8°36'13.50" W |
| EE Albergaria-a-Nova (NI14) | Albergaria-a-Velha | 40°44'12.50" N | 8°29'38.98" W |
| EE Albergaria-a-Velha (NI15) | Albergaria-a-Velha | 40°40'48.71" N | 8°29'09.55" W |
| EE Maceda/Arada (N2) | Ovar | 40°54'59.65" N | 8°37'05.92" W |
| EE Z.I. Ovar Norte (N3) | Ovar | 40°53'55.23" N | 8°37'27.59" W |
| EE Z.I. Ovar Sul (N4) | Ovar | 40°52'43.13" N | 8°37'40.10" W |
| EE Ovar (N5) | Ovar | 40°51'11.54" N | 8°37'34.81" W |
| EE Entre Águas (N6) | Ovar | 40°49'00.68" N | 8°36'41.25" W |
| EE Porto Brejo (N7) | Estarreja | 40°47'46.26" N | 8°35'07.43" W |
| EE Salreu (N8) | Estarreja | 40°44'45.47" N | 8°34'25.36" W |
| EE Fermelã (N9) | Estarreja | 40°42'35.78" N | 8°33'43.32" W |
| EE Pardilhó | Estarreja | 40°47'44.95" N | 8°36'17.03" W |
| EE Rio Maior (RM1) | Santa Maria da Feira | 40°58'30.19" N | 8°36'26.34" W |

| DESIGNAÇÃO DA INFRAESTRUTURA | CONCELHO | COORDENADAS | |
|--------------------------------|----------------------|----------------|---------------|
| EE S. Jacinto | Aveiro | 40°39'40.11" N | 8°43'49.44" W |
| EE Nogueira da Regedoura (SV1) | Santa Maria da Feira | 40°59'55.83" N | 8°35'48.16" W |
| EE Presa (SV2) | Santa Maria da Feira | 40°59'16.43" N | 8°35'54.08" W |
| ETAR Cacia | Aveiro | 40°41'22.83" N | 8°35'42.53" W |
| ETAR S. Jacinto | Aveiro | 40°40'11.80" N | 8°43'57.74" W |

Lote 2 – Departamento Operacional Ria Sul

| DESIGNAÇÃO DA INFRAESTRUTURA | CONCELHO | COORDENADAS | |
|--------------------------------|--------------------|----------------|---------------|
| EE Santa Catarina | Vagos | 40°28'15.32" N | 8°38'09.64" W |
| EE Cercal (C3) | Oliveira do Bairro | 40°31'24.56" N | 8°28'25.86" W |
| EE Silveiro (C4) | Oliveira do Bairro | 40°32'18.83" N | 8°30'02.74" W |
| EE Perrães (C5) | Oliveira do Bairro | 40°32'44.24" N | 8°30'15.50" W |
| EE Pocariça (CT1) | Cantanhede | 40°21'50.68" N | 8°35'49.96" W |
| EE Pisão (CT2) | Cantanhede | 40°22'05.83" N | 8°42'11.06" W |
| EE Catarinões (CT3) | Cantanhede | 40°21'49.78" N | 8°42'59.41" W |
| EE Cochadas (CT4) | Cantanhede | 40°22'30.97" N | 8°44'41.47" W |
| EE Taboeira (CT5) | Cantanhede | 40°20'28.37" N | 8°40'19.14" W |
| EE Casal dos Netos (CT6) | Cantanhede | 40°20'46.96" N | 8°41'37.99" W |
| EE Coutada (IS10) | Ílhavo | 40°36'58.6" N | 8°40'13.97" W |
| EE Costa Nova (IS11) | Ílhavo | 40°36'16.34" N | 8°45'11.74" W |
| EE Gafanha d'aquém (IS17) | Ílhavo | 40°37'01.34" N | 8°41'05.57" W |
| EE Gafanha da Nazaré (IS18) | Ílhavo | 40°38'42.35" N | 8°42'00.84" W |
| EE Gafanha da Encarnação (IS7) | Ílhavo | 40°36'00.69" N | 8°44'12.32" W |
| EE Final_ETAR Ílhavo (IS8) | Ílhavo | 40°36'16.47" N | 8°42'34.35" W |
| EE Verdemilho (IS9) | Aveiro | 40°37'33.72" N | 8°39'47.95" W |
| EE Montelongo da Areia (L1) | Oliveira do Bairro | 40°29'51.88" N | 8°31'35.00" W |
| EE Bunheira (L2) | Oliveira do Bairro | 40°31'38.50" N | 8°30'49.52" W |
| EE Mira (S1) | Mira | 40°25'31.00" N | 8°45'01.96" W |
| EE Vagos (S13) | Vagos | 40°33'10.89" N | 8°40'30.58" W |
| EE Moitas (S14) | Vagos | 40°33'21.78" N | 8°41'47.66" W |
| EE Z.I. Vagos (S15) | Vagos | 40°33'02.77" N | 8°43'04.81" W |
| EE Lagoa (S2) | Mira | 40°26'33.80" N | 8°45'06.13" W |
| EE Praia de Mira (S3) | Mira | 40°27'45.23" N | 8°47'35.81" W |
| EE Gafanha do Areão (S4) | Ílhavo | 40°30'59.28" N | 8°45'53.82" W |

| DESIGNACAO DA INFRAESTRUTURA | CONCELHO | COORDENADAS | |
|------------------------------|--------------------|----------------|---------------|
| EE Gafanha do Carmo (S6) | Ílhavo | 40°35'30.8" N | 8°43'43.49" W |
| EE Casainho (V1) | Águeda | 40°34'29.66" N | 8°27'44.60" W |
| EE Fontinha (V10) | Águeda | 40°36'28" N | 8°29'55.45" W |
| EE Ribeira do Pano (V11) | Águeda | 40°33'51.66" N | 8°33'08.90" W |
| EE Carregal (V12) | Aveiro | 40°34'20.33" N | 8°32'39.17" W |
| EE Requeixo (V13) | Aveiro | 40°35'41.84" N | 8°31'31.56" W |
| EE Fermentelos (V14) | Águeda | 40°33'21.75" N | 8°30'53.82" W |
| EE Casal de Álvaro (V2) | Águeda | 40°34'43.43" N | 8°29'17.66" W |
| EE Cabanões (V3) | Águeda | 40°35'13.30" N | 8°29'59.58" W |
| EE Travassô (V4) | Águeda | 40°35'35.61" N | 8°30'57.43" W |
| EE Almeiar (V5) | Águeda | 40°36'31.13" N | 8°31'19.52" W |
| EE Eixo (V6) | Aveiro | 40°37'28.70" N | 8°33'04.53" W |
| EE Loure (V7) | Albergaria-a-Velha | 40°38'53.12" N | 8°33'00.06" W |
| EE Angeja (V8) | Albergaria-a-Velha | 40°40'29.10" N | 8°33'41.40" W |
| EE Mourisca do Vouga (V9) | Águeda | 40°37'45.89" N | 8°27'19.37" W |
| ETAR Ílhavo | Ílhavo | 40°36'16.47" N | 8°42'34.35" W |
| ETAR Ouca | Vagos | 40°30'57.20" N | 8°39'38.96" W |
| ETAR Ponte de Vagos | Vagos | 40°28'47.53" N | 8°39'27.46" W |
| ETAR Salgueiro | Vagos | 40°33'09.98" N | 8°37'11.08" W |
| ETAR Santa Catarina | Vagos | 40°28'12.99" N | 8°38'12.60" W |
| EE Lamas do Vouga (V9.1) | Águeda | 40°38'03.73" N | 8°28'15.15" W |
| EE Crastovães (V9.2) | Águeda | 40°36'47.87" N | 8°29'06.79" W |

Lote 3 – Polo Lis

| DESIGNACAO DA INFRAESTRUTURA | CONCELHO | COORDENADAS | |
|------------------------------|--------------|----------------|---------------|
| EE Boleiros | Ourém | 39°35'13.1" N | 8°38'46.32" W |
| EE Cova da Iria | Ourém | 39°37'53.74" N | 8°40'6.47" W |
| ETAR Fátima | Ourém | 39°35'36.17" N | 8°36'9.92" W |
| ETAR Juncal | Porto de Mós | 39°36'29.89" N | 8°54'30.71" W |
| EE Alcária | Porto de Mós | 39°34'16.48" N | 8°47'33.93" W |
| EE Alqueidão da Serra | Porto de Mós | 39°36'22.62" N | 8°47'39.64" W |
| EE Arrimal (CMI) | Porto de Mós | 39°29'29.2" N | 8°52'34.79" W |
| EE Barreiros (BI) | Leiria | 39°47'21.96" N | 8°50'9.57" W |
| EE Batalha | Batalha | 39°39'31.67" N | 8°49'20.66" W |

| DESIGNAÇÃO DA INFRAESTRUTURA | CONCELHO | COORDENADAS | |
|------------------------------|----------------|----------------|---------------|
| EE Casal do Marra | Leiria | 39°40'10.06" N | 8°50'37.99" W |
| EE Coimbrão | Leiria | 39°53'12.58" N | 8°53'17.89" W |
| EE Gândara dos Olivais | Leiria | 39°46'29.04" N | 8°49'46.12" W |
| EE Lagar Novo (CM3) | Porto de Mós | 39°31'31.1" N | 8°50'21.76" W |
| EE Mendiga (CM2) | Porto de Mós | 39°30'15.43" N | 8°50'53.84" W |
| EE Monte Redondo (B4) | Leiria | 39°53'35.98" N | 8°50'50.23" W |
| EE Pedra | Marinha Grande | 39°44'29.9" N | 8°57'42.9" W |
| EE Ponte das Mestras | Leiria | 39°44'57.37" N | 8°49'50.85" W |
| EE Ponte do Almagra | Batalha | 39°40'39.52" N | 8°49'27.17" W |
| EE Segodim (B2) | Leiria | 39°50'26.83" N | 8°51'38.18" W |
| EE Serra de Porto Urso (B3) | Leiria | 39°49'38.19" N | 8°51'38.79" W |
| EE Sismaria (B8) | Leiria | 39°52'27.57" N | 8°51'41.1" W |
| EE Várzeas (B7) | Leiria | 39°51'11.26" N | 8°51'6.21" W |
| ETAR Coimbrão | Leiria | 39°53'37.07" N | 8°54'40.82" W |
| EE Bombeiros | Leiria | 39°44'27.15" N | 8°47'59.5" W |
| EE Chainça | Leiria | 39°39'35.03" N | 8°42'50.75" W |
| ETAR Olhalvas | Leiria | 39°44'14.61" N | 8°47'40.1" W |
| ETAR Pedreiras | Porto de Mós | 39°34'47.75" N | 8°52'34.52" W |
| ETAR Praia do Pedrógão | Leiria | 39°54'32.75" N | 8°57'12.93" W |
| EE S. Pedro Moel (SP1) | Marinha Grande | 39°45'20.09" N | 9°15'0.92" W |
| EE S. Pedro Moel (SP2) | Marinha Grande | 39°45'54.34" N | 9°14'6.29" W |
| ETAR S. Pedro de Moel | Marinha Grande | 39°46'1.61" N | 9°01'33.72" W |
| EE Bajanca (V3) | Marinha Grande | 39°52'59.21" N | 8°56'1.7" W |
| EE Boco (VI) | Marinha Grande | 39°52'12.63" N | 8°54'9.57" W |
| EE Passagem (V2) | Marinha Grande | 39°52'50.54" N | 8°54'49.92" W |
| EE Praia da Vieira | Marinha Grande | 39°52'45.29" N | 8°58'1.99" W |
| ETAR Vieira de Leiria | Marinha Grande | 39°52'47.86" N | 8°56'35.48" W |
| ETAR Z.I. Marinha Grande | Marinha Grande | 39°43'18.46" N | 8°56'1.37" W |

ANEXO IV

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DAS CONDUTAS